



**Experiências Adversas na Infância, Delinquência  
na Adolescência e o papel Moderador da  
Resiliência: Comparação entre Sexos**

Cláudia Silva

UMinho | 2021



**Universidade do Minho**  
Escola de Psicologia

Cláudia Maria Marques da Silva

**Experiências Adversas na Infância,  
Delinquência na Adolescência e o papel  
Moderador da Resiliência: Comparação  
entre Sexos**

junho de 2021





**Universidade do Minho**

Escola de Psicologia

Cláudia Maria Marques da Silva

**Experiências Adversas na Infância,  
Delinquência na Adolescência e o papel  
Moderador da Resiliência: Comparação  
entre Sexos**

Dissertação de Mestrado

Mestrado Integrado em Psicologia

Trabalho efetuado sob a orientação da

**Professora Doutora Ângela Maia**

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### ***Licença concedida aos utilizadores deste trabalho***



**Atribuição-NãoComercial-SemDerivações**  
**CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## **Agradecimentos**

À Professora Doutora Ângela Maia um enorme obrigada pela orientação, apoio, acompanhamento e partilha de conhecimentos ao longo deste processo.

A toda a equipa da Unidade de Investigação de Experiências Adversas e Traumáticas, por me ter acolhido e contribuído para o aperfeiçoamento deste trabalho. Um especial agradecimento à Dr. Patrícia Correia-Santos por toda a disponibilidade, auxílio e paciência.

Aos meus pais por me terem possibilitado a oportunidade de continuar o meu percurso académico e por terem sempre respeitado as minhas decisões. Igualmente a eles e à minha irmã pela paciência e incentivo.

A todas/os as/os colegas que fizeram este percurso comigo, em especial à Catarina Mendes, Gabriela Mendes, Joana Matos, Paula Baptista, Sofia Marques e Tânia Lima. Fizeram com que estes anos fossem mais fáceis e alegres!

Um especial agradecimento à Amanda Rodrigues pela ajuda e incentivo!

A todos aqueles que dum forma ou de outra se cruzaram comigo, mas em especial àqueles que ficaram e a quem chamo amiga/o. Muito obrigada!

Este projeto representa um culminar de cinco anos de percurso académico. Obrigada por nunca ter desistido...

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 03 junho 2021

Assinatura: 

Experiências Adversas na Infância, Delinquência na Adolescência e o papel Moderador da Resiliência:  
Comparação entre Sexos

**Resumo**

A literatura tem continuamente mostrado a existência de uma associação entre experiências adversas na infância e o envolvimento em comportamento delincente na adolescência, sendo que alguns estudos aprofundaram esta relação numa perspectiva comparativa entre sexos. No entanto, existem vários fatores que influenciam essa relação. O principal objetivo deste estudo foi investigar se a resiliência como característica (traço) é um fator moderador na relação entre experiências adversas na infância e o envolvimento em comportamentos delinquentes durante a adolescência, na amostra total, mas também se os resultados variavam entre sexos. Recorrendo a uma base de dados dum estudo que recrutou em escolas profissionais, instituições de acolhimento, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens bem como no âmbito do projeto Escolhas, a amostra consistiu em 325 adolescentes em risco, destes 191 raparigas e 134 rapazes, com idades entre os 12 e os 17 anos. Os resultados não corroboraram a hipótese da resiliência enquanto característica (traço) como fator moderador entre experiências adversas na infância e o envolvimento em comportamentos delinquentes durante a adolescência. Todavia, e apesar dos resultados obtidos, a presença de fatores protetores poderá diminuir a probabilidade de enveredar pela delinquência, mostrando a elevada importância da continuação do seu estudo.

*Palavras-chave:* experiências adversas na infância, delinquência, fator protetor, resiliência, sexo

Adverse Childhood Experiences, Delinquency during Adolescence, and the Moderator role of  
Resilience: Comparison between Sexes

**Abstract**

The literature has continuously shown the existence of an association between adverse childhood experiences and the involvement in delinquent behavior in adolescence, and some studies have deepened this relationship in a comparative perspective between sexes. However, there are several factors that influence this relationship, and the main goal of this study was to investigate whether resilience as a characteristic (trait) is a moderating factor in the relationship between adverse childhood experiences and the involvement in delinquent behaviors during adolescence, in the total sample but also if the results varied between sexes. Using a database from another study conducted at vocational schools, foster care institutions, the Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, and as well as within the Escolhas ' project, the sample consisted of 325 adolescents at risk, of these 194 girls and 191 boys, aged between 12 and 17 years old. The results did not corroborate the hypothesis of resilience as a characteristic (trait) as a moderating factor between adverse childhood experiences and the involvement in delinquent behaviors during adolescence. However, despite the results obtained, the presence of protective factors may decrease the likelihood of engaging in delinquency, which highlights the importance of continuing this research.

*Keywords:* adverse childhood experiences, delinquency, protective factor, resilience, sex

## Índice

Experiências Adversas na Infância, Delinquência na Adolescência e o papel Moderador da Resiliência: Comparação entre Sexos .....	8
Metodologia .....	12
Participantes .....	13
Instrumentos .....	14
Procedimento .....	15
Análise estatísticas .....	16
Resultados .....	17
Discussão .....	21
Referências .....	26
Anexo .....	33

## Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Dados Sociodemográficos dos Participantes</i> .....	13
Tabela 2. <i>Correlações de Pearson entre as Variáveis em Estudo na Amostra Total</i> .....	18
Tabela 3. <i>Correlações de Pearson entre as Variáveis em Estudo por Sexo</i> .....	18
Tabela 4. <i>Moderação para Amostra Total para o Fator Competência Pessoal</i> .....	19
Tabela 5. <i>Moderação para Amostra Total para o Fator Aceitação do Self e da Vida</i> .....	19
Tabela 6. <i>Moderação para Amostra Raparigas para o Fator Competência Pessoal</i> .....	20
Tabela 7. <i>Moderação para Amostra Raparigas para o Fator Aceitação do Self e da Vida</i> .....	20
Tabela 8. <i>Moderação para Amostra Rapazes para o Fator Competência Pessoal</i> .....	20
Tabela 9. <i>Moderação para Amostra Rapazes para o Fator Aceitação do Self e da Vida</i> .....	20

### **Experiências Adversas na Infância, Delinquência na Adolescência e o papel Moderador da Resiliência: Comparação entre Sexos**

Em Portugal, ao longo dos últimos anos, assistiu-se a uma diminuição dos números da delinquência na adolescência. Todavia, a delinquência na adolescência, que retrata atos tipificados como crime cometidos por adolescentes entre os 12 e os 16 anos de idade (enquadrados na Lei Tutelar Educativa) aumentou, segundo o Sistema de Segurança Interna (SSI), 5.8% de 2018 para 2019, o que representou mais 86 registos (SSI, 2020). O envolvimento em comportamentos delinquentes enquadra-se em categorias como “roubo e furto, crimes rodoviários, crimes relacionados com drogas e álcool, agressão, vandalismo, crimes em contexto escolar e perturbação da ordem pública” (Pechorro et al., 2015, p.60). Estudos como o de Leban e Gibson (2019) mostraram que experiências adversas na infância podem ter impactos em idades tão precoces como a adolescência e são frequentemente relacionadas, na literatura, com o envolvimento em comportamentos delinquentes durante a adolescência (e.g. Abajobir et al., 2017; Leban & Gibson, 2019). Por exemplo, no estudo de Basto-Pereira et al. (2016), adolescentes portugueses com registo de ofensas delinquentes, em comparação com o grupo de controlo, tinham maior probabilidade de relatar experiências adversas na infância. Da mesma forma, Duke et al. (2010) apontaram que um em cada quatro adolescentes com comportamento delinvente reportaram pelo menos uma experiência adversa na infância.

No mesmo sentido, alguns estudos aprofundaram esta problemática, numa perspetiva comparativa entre sexos, quer explorando as experiências adversas a que estão expostos, quer o impacto que estas podem ter no envolvimento em comportamentos delinquentes. No estudo de Abajobir et al. (2017), os resultados mostraram que as raparigas relataram sofrer mais frequentemente de experiências adversas na infância do que os rapazes. Da mesma forma, outros estudos apontaram que, em comparação com os rapazes, as raparigas reportaram mais tipos de experiências adversas na infância (e.g. Baglivio et al., 2014, 2015; Duke et al., 2010). Pelo contrário, no estudo de Leban e Gibson (2019) não foram encontradas diferenças significativas no número médio de experiências adversas na infância relatadas por raparigas e rapazes; e Garrido et al. (2017) também observaram que a variável sexo não estava associada com experiências adversas. O facto de não existir consenso na literatura, nas diferenças na exposição a experiências adversas na infância, entre raparigas e rapazes, pode dever-se ao facto de que estas experiências podem ser conceptualizadas e operacionalizadas de formas diferentes (Leban & Gibson, 2019). A avaliação de experiências adversas na infância, incluíam inicialmente itens sobre abuso físico, emocional e sexual, exposição à violência doméstica, abuso de substâncias em ambiente familiar,

doença mental e prisão de um membro da família. Todavia, mais recentemente, foram incluídos itens sobre negligência física e emocional, e separação ou divórcio parental (Fox et al., 2015).

No envolvimento em comportamentos delinquentes, Garrido et al. (2017) reportaram que o sexo aparecia associado com o risco de envolvimento em comportamentos de risco, tendo os rapazes duas vezes mais probabilidade de se envolver neste tipo de comportamentos e em delinquência, do que as raparigas. Moffitt et al. (2001) apontaram que o envolvimento em comportamentos delinquentes das raparigas e dos rapazes pode ser explicado da mesma forma, através da exposição a fatores de risco. Contudo, as raparigas tendem a envolver-se menos na delinquência por estarem expostas a menos fatores de risco que precipitam o comportamento delincente, como falta de supervisão parental e maior contacto com pares desviantes (Weerman et al., 2015).

Mais consensual na literatura é a relação entre experiências adversas na infância e uma maior probabilidade de perpetuação de violência (e.g. Leban & Gibson, 2019), sendo que adolescentes ofensores, apresentaram 13 vezes menos probabilidade de reportar zero experiências adversas e quatro vezes mais probabilidade de reportar quatro ou mais experiências adversas na infância (Baglivio et al., 2014). Noutro estudo, por cada experiência adversa adicional relatada pelos rapazes, aumentava a probabilidade de 35% a 144%; e nas raparigas de 38% a 88% (Duke et al., 2010). No que diz respeito a diferenças entre raparigas e rapazes, na relação entre experiências adversas e delinquência, Abajobir et al. (2017) concluíram que apesar das raparigas tenderem a relatar mais experiências adversas, a relação entre estas e a delinquência foi mais significativa nos rapazes, explicando que isso se pode dever ao facto de as raparigas apresentarem outros tipos de comportamentos antissociais, como fugir.

A associação entre experiências adversas na infância e envolvimento em comportamento delincente é frequentemente reportada na literatura associada ao Ciclo de Violência, proposto por Widom (1989a, 1989b), que sugeriu que crianças maltratadas ou negligenciadas tinham maior probabilidade de se envolver em comportamentos delinquentes durante a adolescência. Diversos modelos tentaram explicar esta relação, sendo que alguns tentaram identificar as possíveis consequências de experiências adversas na infância, ao passo que outros tentaram estabelecer os preditores para o comportamento delincente (Bender, 2010). Bender (2010) propôs um diagrama explicativo, com base empírica, de como adolescentes com história de maltrato se tornam delinquentes. O modelo acrescenta ao Ciclo de Violência, cinco potenciais fatores na relação maltrato-delinquência: fugir de casa, problemas de saúde mental, abuso de substância, problemas académicos e associação com pares desviantes. Ademais, propôs uma diferenciação na importância que os diferentes fatores têm

para raparigas e rapazes, apontando que há diferenças na quantidade de experiências relatadas, assim como na forma como raparigas e rapazes reagem às próprias experiências. O modelo sugere que, por exemplo, problemas académicos contribuem de forma mais significativa para a delinquência nas raparigas, ao passo que a associação com pares desviantes parece influenciar mais os rapazes.

Apesar de diversos estudos mostrarem a relação entre experiências adversas na infância e comportamentos delinquentes na adolescência, nem todos os adolescentes maltratados se envolvem neste tipo de comportamentos (Abajobir et al., 2017). Uma possível explicação para que isto ocorra é a existência de fatores protetores que podem influenciar os percursos após as experiências adversas (Fergus & Zimmerman, 2005) e que ajudam a prever uma menor probabilidade para resultados negativos (Lösel & Farrington, 2012). Este modelo apontou que um fator protetor diminui, mas não elimina completamente, a correlação esperada entre um risco e um resultado, sendo que esta relação é mais forte na ausência do fator protetor (Fergus & Zimmerman, 2005). Segundo Lösel e Farrington (2012), fatores protetores diretos preveem a baixa probabilidade de resultados negativos e os de moderação atenuam o impacto, na presença de fatores de risco. Tendo isto em consideração, é possível que existam fatores que atenuem o impacto que as experiências adversas na infância podem ter, sendo que alguns estudos apontaram a característica de resiliência como uma possibilidade (e.g. Clements-Nolle & Waddington, 2019; Fox, 2019).

A conceptualização de resiliência como característica ou traço não é a única na literatura, existindo essencialmente três orientações diferentes: resiliência como resultado, como processo e como característica (traço) (Hu et al., 2015). Neste trabalho a resiliência é considerada como uma característica ou traço, tal como competência pessoal e aceitação do self e da vida, assumida por Wagnild e Young (1993). A resiliência pode ser conceptualizada como “a capacidade de alguém se adaptar bem ao trauma, adversidade, tragédia, ameaças e stress... ajuda a explicar porque é que algumas pessoas são capazes de ultrapassar a exposição ao trauma e ser bem-sucedido, apesar de condições adversas, enquanto outros não” (Fox, 2019, p.26), sendo que “a resiliência não é uma qualidade que o adolescente tem presente em todas as situações” (Fergus & Zimmerman, 2005, p.404). A resiliência não deve ser considerada de forma isolada, mas sim de forma dinâmica juntamente com os riscos, dado que ambos vão mudando ao longo do tempo, alterando a probabilidade de se atingir um resultado positivo (Boden et al., 2016). Pode ainda ser definida como a capacidade daqueles que estão em elevado risco, de resistir a condições criminogénicas que podem levar a outros crimes, e não só simplesmente a abstenção do crime (Hartman et al., 2009). No presente estudo, e na continuidade de Wagnild & Young, (1993),

resiliência é conceptualizada como uma característica (traço) que melhora a adaptação individual, abrangendo a competência pessoal (e.g. determinação, perseverança) e a aceitação do self e da vida (e.g. equilíbrio, perspectiva de vida equilibrada), o que está de acordo com Hu et al. (2015), que descreveram a resiliência como um “traço que ajuda os indivíduos a lidar com a adversidade e atingir um bom ajuste e desenvolvimento” (p.18).

Tendo em consideração o possível impacto da característica resiliência, Boden et al. (2016) observaram que adolescentes que enfrentavam desafios significativos (e.g. viver em ambientes familiares instáveis, ter um *background* socioeconómico baixo), por comparação com o grupo de controlo, apresentaram menores pontuações de resiliência. Alguns estudos apontaram que uma característica diferenciadora entre resilientes e não resilientes poderá ser a presença de fatores protetores, que tipicamente promovem estratégias de *coping* pró social. Indivíduos com um maior número de fatores protetores parecem ser mais resilientes contra a delinquência (e.g. Hartman et al., 2009; Turner, et al., 2007). Contudo, Hartman et al. (2009) apontaram que os fatores protetores que contribuem para a característica resiliência, podem ser diferentes nas raparigas e nos rapazes. Na comparação entre sexos, Boden et al. (2016), encontraram que as raparigas apresentavam uma pontuação de resiliência maior do que rapazes, mas apenas no grupo de controlo. Newsome et al. (2015) numa amostra de gémeos, e considerando influências genéticas e ambientais no risco para delinquência violenta, não violenta e geral, encontraram que as raparigas tinham resultados mais resilientes aos riscos cumulativos para a delinquência do que os rapazes. O estudo mostrou que fatores ambientais explicavam melhor a variabilidade nas respostas das raparigas ao risco, ao passo que, para os rapazes, foram os fatores genéticos. No entanto, não existe consenso em relação às diferenças na resiliência enquanto característica e enquanto resultado no que concerne ao sexo, e isto poderá ocorrer dado as diferentes formas de conceptualização do conceito de resiliência (Boden et al., 2016).

Tanto fatores de risco como protetores parecem influenciar o impacto que experiências adversas podem ter (Liu et al., 2019) contudo, e como Fox (2019) referiu recentemente, “enquanto estudos anteriores mostraram repetidamente a relação entre trauma na infância e crime, pouco é conhecido sobre o papel que a resiliência tem nesta relação” (p.84). Na nossa revisão não foi encontrado nenhum estudo sobre o impacto da resiliência na relação entre experiências adversas na infância e comportamentos delinquentes durante a adolescência. Apenas foi encontrado o estudo de Fox (2019), mas cujo objetivo era averiguar o impacto da resiliência na relação entre experiências adversas na infância e reincidência de comportamentos ofensivos. Os resultados apontaram que a resiliência foi um

fator moderador na relação. O estudo mostrou que mais experiências adversas na infância aumentavam a probabilidade de envolvimento em comportamento ofensivo recorrente e que a resiliência diminuiu essa probabilidade, sendo que os níveis desse comportamento foram diminuindo conforme os níveis de resiliência aumentaram.

Em suma, apesar dos estudos descritos mostrarem uma associação entre experiências adversas na infância e o envolvimento em comportamentos delinquentes, pouco se sabe sobre a influência da resiliência. Considerando este dado, pretende-se neste projeto estudar se a resiliência é um fator moderador entre experiências adversas na infância e o envolvimento em comportamentos delinquentes, na mostra total, em raparigas e nos rapazes. Neste contexto estabelecemos como objetivos estudar, numa amostra de adolescentes em risco, a prevalência das experiências adversas na infância e dos comportamentos delinquentes, as diferenças entre sexos nas diferentes variáveis e analisar as correlações entre estas, sendo que o objetivo principal é estudar o papel potencialmente moderador que a resiliência poderá ter na relação entre experiências adversas na infância e o envolvimento em comportamentos delinquentes durante a adolescência; averiguando se este efeito é o mesmo nas raparigas e rapazes. Considerando estes objetivos e com base na literatura espera-se 1) que as raparigas relatem maior número de experiências adversas do que os rapazes; 2) que as raparigas relatem menor número de comportamentos delinquentes do que os rapazes; 3) que as raparigas obtenham maiores pontuações de resiliência do que os rapazes; 4) correlações positivas entre experiências adversas na infância e envolvimento em comportamentos delinquentes; 5) correlações negativas entre resiliência e o envolvimento em comportamentos delinquentes; 6) que a resiliência seja um moderador na relação entre experiências adversas na infância e o envolvimento em comportamento delincente na adolescência; e por fim, 7) no efeito moderador entre sexos, considera-se uma hipótese exploratória, uma vez que não foi encontrada na literatura informação suficiente para fundamentar uma hipótese específica.

### **Metodologia**

Este estudo está integrado no âmbito dum projeto de doutoramento desenvolvido pela equipa da Unidade de Investigação de Experiências Adversas e Traumáticas, intitulado *“How to thrive when we survive? The impact of complex trauma within adolescents”* que estudou adolescentes dos 12 aos 17 anos, inseridos em grupos de risco. Os participantes foram recrutados em escolas profissionais, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), instituições de acolhimento e no âmbito do projeto Escolhas. A opção por estes locais, teve em consideração os objetivos do projeto de doutoramento ser

consonante à natureza de risco dos adolescentes que estão inseridos e que são acompanhados nestas instituições. Parte dos dados recolhidos foram utilizados neste estudo.

### Participantes

Dos 339 participantes iniciais, três não completaram na totalidade os questionários, um tinha idade superior à pretendida e dez não reportaram qualquer experiências adversas na infância, tendo sido excluídos uma vez que o objetivo foi estudar as consequências da exposição a experiências adversas durante a infância. No total 14 participantes foram excluídos. A amostra final é composta por 325 participantes, 191 (58.80%) raparigas e 134 (41.20%) rapazes, com idades compreendidas entre os 12 e os 17 ( $M = 15.79$ ,  $DP = 1.21$ ;  $M_{\text{raparigas}} = 15.86$ ,  $DP = 1.19$ ;  $M_{\text{rapazes}} = 15.69$ ,  $DP = 1.23$ ).

**Tabela 1**

*Características Sociodemográficas dos Participantes*

Características	Raparigas		Rapazes		Amostra total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Locais de recolha						
CPCJ	6	3.14	16	11.94	22	6.77
Escolas profissionais	141	73.82	74	55.22	215	66.15
Projeto Escolhas	2	1.05	1	0.75	3	0.92
Instituições de acolhimento	42	21.99	43	32.09	85	26.16
Ocupação						
Estudante	181	94.76	126	94.03	307	94.45
Estudante-trabalhador	5	2.62	1	0.75	6	1.85
Outra	2	1.05	4	2.99	6	1.85
Omissos	3	1.57	3	2.23	6	1.85
Local de habitação						
Com ambos os pais	99	51.83	54	40.30	153	47.07
Só com o pai/mãe	33	17.29	21	15.67	54	16.62
Família alargada	3	1.57	3	2.23	6	1.85
Família reconstituída	1	0.52	1	0.75	2	0.62
Instituições	43	22.51	43	32.09	86	26.46
Outra	9	4.71	12	8.96	21	6.46
Omisso	3	1.57			3	0.92

## **Instrumentos**

Dos instrumentos utilizados no projeto de doutoramento, foram apenas integrados neste estudo os necessários aos objetivos.

### ***Questionário sociodemográfico***

Permite recolher dados de forma a poder-se fazer uma caracterização geral dos participantes. Inclui questões sobre a idade, sexo, etnia, ocupação, rendimento familiar, local de habitação, entre outros.

### **Traumatic Events Screening Inventory for Children (TESI - C)**

Avalia uma variedade de experiências adversas e potencialmente traumáticas, ocorridas durante a infância/adolescência. No original, de Ford et al. (2002), consiste numa entrevista estruturada, seguindo uma ordem de menor para maior severidade, com 16 questões, com opções de resposta *sim*, *não*, *não tenho a certeza* ou *não quero responder*, sendo que respostas afirmativas ou que suscitem dúvidas ao entrevistador, são seguidas por perguntas para procurar mais detalhes, como a idade em que começou, frequência, relação com outros envolvidos, consequências do evento, entre outros. Recentemente, foram adicionados itens para avaliar a “morte inesperada ou tentativa de suicídio/ automutilação não suicida por alguém próximo, cuidadores primários com doença psiquiátrica ou uso de substâncias, abuso emocional e negligência” (Spinazzola et al., 2018, p.633), totalizando 23 questões. Os itens presentes no TESI mostraram evidência de fidelidade no teste-reteste e de validade preditiva e de critério. Este instrumento encontra-se em processo de adaptação para a população portuguesa, por Correia et al. (2021a), para a qual o presente projeto poderá contribuir. Esta adaptação é composta por 24 itens, 23 com 3 opções de resposta *sim*, *não* e *não quero responder* (seguindo-se doutras questões para procurar mais pormenores) e uma última questão aberta. Neste estudo, selecionou-se apenas as respostas às 23 questões (e.g. “Já tiveste um acidente?”), dicotomizando para *sim* as respostas afirmativas e para *não* as respostas negativas ou não respostas. Desta forma, criou-se a variável final Experiências Adversas, que resulta do somatório do número de experiências relatadas, por cada participante, podendo variar entre 1 e 23.

### ***Escala de Delinquência Auto-Relatada Adaptada (ASRDS)***

A *Adapted Self-Reported Delinquency Scale (ASDS)* (Mak, 1993; Carroll et al., 1996; 2009) é uma escala de autorrelato adaptada para a população portuguesa por Pechorro et al. (2015), com uma amostra forense e uma escolar, de adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos.

## ADVERSIDADE, DELINQUÊNCIA E RESILIÊNCIA: COMPARAÇÃO ENTRE SEXOS

Os 35 itens medem o envolvimento de adolescentes em atividades ilegais e antissociais apresentados com 3 possíveis respostas (*nunca* - 0, *algumas vezes* - 1, e *frequentemente* - 2). A escala divide-se em 7 fatores: roubo e furto, crimes rodoviários, crimes relacionados com drogas e álcool, agressão, vandalismo, crimes em contexto escolar e perturbações da ordem pública. A pontuação total da escala resulta da soma dos diferentes itens e pontuações mais altas indicam maior envolvimento em atividade criminal. No presente estudo, através da dicotomização das respostas *nunca* para *não* e das *algumas vezes* e *frequentemente* para *sim*, criou-se a variável Comportamentos Delinquentes que representa o somatório dos comportamentos delinquentes que os participantes relataram, podendo variar entre 0 e 35.

### **Resilience Scale (RS)**

A *Resilience Scale* (Wagnild & Young, 1993) pretende determinar os níveis de resiliência, que é conceptualizada como uma característica que promove a adaptação individual. Consiste numa escala de autorrelato, com 25 itens em uma escala de tipo *likert*, com 7 opções de resposta (*discordo* - 1 a *concordo* - 7). A escala é composta por cinco componentes: perseverança, autoconfiança, serenidade, sentido de vida e autossuficiência ou dois fatores: competência pessoal e aceitação do self e da vida. Neste estudo optou-se pela utilização dos dois fatores, dado que apresentou melhor ajuste. Esta escala encontra-se atualmente em adaptação para adolescentes portugueses em risco por Correia et al (2021b). No presente estudo, para a amostra total, o alfa de Cronbach foi de .90 na escala total, .87 no fator Competência Pessoal e .81 no fator Aceitação do Self e da Vida. O alfa de Cronbach para a escala total foi de .91 para as raparigas e .86 para os rapazes; no fator Competência Pessoal foi de .89 para as raparigas e .84 para os rapazes e no fator Aceitação do Self e da vida, o alfa de Cronbach foi de .83 para as raparigas e .70 para os rapazes, o que foi sugestivo de boa consistência interna. A pontuação total da escala resulta da soma dos diferentes itens, podendo variar entre 25 e 175, e pontuações mais altas indicam maiores níveis de resiliência autorelatada. O fator Competência Pessoal incluiu 16 itens (e.g. “Quando faço planos levo-os até ao fim”) e descreve características como autossuficiência, independência, determinação, invencibilidade, domínio, desenvoltura e perseverança e pode variar entre 16 e 112. O fator Aceitação do Self e da Vida é composto por 9 itens (e.g. “Vivo um dia de cada vez”) e representa adaptabilidade, equilíbrio, flexibilidade e uma perspetiva de vida equilibrada. Esses itens refletem aceitação da vida e uma sensação de paz, apesar da adversidade, e pode variar entre 9 e 63.

### **Procedimento**

Este estudo enquadra-se num projeto de doutoramento que recebeu a aprovação da Comissão de Ética da Universidade do Minho e autorização das instituições contactadas para a colaboração no projeto, nomeadamente, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, instituições de acolhimento, projeto Escolhas e escolas profissionais da zona norte de Portugal. Depois de explicado o estudo nos dias e horas combinadas com os responsáveis das instituições, os participantes que aceitaram participar preencheram os questionários, tratando-se por isso de uma amostra de conveniência. Os dados foram recolhidos entre 2018 e 2020.

Numa primeira abordagem, foram explicados os objetivos do estudo, assim como os procedimentos e condições de participação, e o preenchimento do consentimento informado onde estava descrita a garantia de confidencialidade e da participação voluntária, assinado pelos participantes e pelos seus responsáveis legais. Todos os dados pessoais recolhidos foram codificados de forma a proteger a identidade dos participantes. O protocolo incluiu vários questionários, entre os quais os utilizados neste estudo.

### **Análises Estatísticas**

Os dados foram tratados e analisados recorrendo à versão 27 do software *SPSS statistic*. Inicialmente foram realizadas análises descritivas para limpeza da base de dados, caracterização da amostra e descrição das variáveis. De seguida, foram realizados testes *t* de amostras independentes para a comparação entre grupos para as variáveis de Experiências Adversas e Comportamentos Delinquentes e uma análise multivariada de variância (MANOVA) para os fatores Competência Pessoal e Aceitação do Self e da Vida, para analisar as diferenças entre sexo. Foram realizadas análises de correlação de Pearson, para analisar a relação entre variáveis, para as três amostras (total, raparigas e rapazes). Foram calculados os tamanhos de efeito para as diferentes análises. De seguida foram realizadas as análises necessárias para garantir o cumprimento dos pressupostos à realização da moderação. Por último, para estudar a moderação, recorrendo à técnica de *bootstrapping*, com base em 1000 amostras de *bootstrap*, executou-se a extensão *Process* para seis modelos de moderação simples, dois para cada amostra (total, raparigas e rapazes). Em todos os modelos considerou-se a variável Experiências Adversas como preditor e Comportamentos Delinquentes como resultado; as variáveis moderadoras foram o fator Competência Pessoal e o fator Aceitação do Self e da Vida, separadamente (Field, 2013). O uso de testes paramétricos foi justificado através da visualização de histogramas e dos valores de curtose e assimetria (Kline, 2016), contudo como a normalidade não foi assegurada em todas as variáveis recorreu-se à técnica de *bootstrapping* na realização de todas análises.

### Resultados

Na amostra total, foram reportadas em média 6.75 ( $DP = 3.88$ ) experiências adversas. Na comparação entre sexos, as experiências adversas na infância relatadas variaram entre 1 e 22 pelas raparigas e 1 e 16 pelos rapazes. Em relação aos comportamentos delinquentes, na amostra total foram reportados em média 5.50 ( $DP = 5.93$ ). Cerca de 15.70% ( $n = 51$ ) dos participantes relataram nunca se ter envolvido em comportamentos delinquentes, destes 80.39% ( $n = 41$ ) foram raparigas e 19.61% ( $n = 10$ ) foram rapazes. Na comparação entre sexos, o reporte de comportamentos delinquentes variou entre 0 e 31 pelas raparigas e 0 e 28 pelos rapazes. Testes  $t$  de amostras independentes foram conduzidos para comparar, por sexo, as experiências adversas e o envolvimento em comportamentos delinquentes relatados. Os resultados não mostraram diferenças estatisticamente significativas no reporte de experiências adversas, entre as raparigas ( $M = 6.52$ ,  $DP = 3.93$ ) e os rapazes ( $M = 7.07$ ,  $DP = 3.81$ ),  $t(323) = -1.26$ ,  $p = .21$ ,  $d$  de Cohen = 0.14, com tamanho de efeito baixo (Cohen, 1988). Pelo contrário, os resultados mostraram uma diferença estatisticamente significativa entre o reporte das raparigas ( $M = 4.13$ ,  $DP = 4.05$ ) e dos rapazes ( $M = 7.46$ ,  $DP = 6.84$ ) nos comportamentos delinquentes,  $t(323) = -4.88$ ,  $p < .001$ ,  $d$  de Cohen = 0.57, com tamanho de efeito moderado (Cohen, 1988). Estes resultados sugerem a existência de diferenças na quantidade de comportamentos reportados entre sexos, com os rapazes a relatar maior número de comportamentos delinquentes do que as raparigas.

Na amostra total, foram reladas em média, pontuações de resiliência de 127.87 ( $DP = 22.53$ ) na escala total; no fator Competência Pessoal foram relatadas, em média, pontuações de 82.03 ( $DP = 14.77$ ) e no fator Aceitação do Self e da Vida 45.84 ( $DP = 10.16$ ). Foi conduzida uma MANOVA para comparar os resultados de ambos fatores, entre sexos. Os resultados mostraram que estas diferenças não foram estatisticamente significativas para o fator Competência Pessoal ( $M_{raparigas} = 81.01$ ,  $DP = 15.73$ ;  $M_{rapazes} = 83.49$ ,  $DP = 13.21$ ;  $F(1,323) = 2.23$ ,  $p = .14$ ;  $\eta_p^2 = .01$ ), com tamanho de efeito pequeno (Cohen, 1988). Pelo contrário, no fator Aceitação do Self e da Vida, os resultados mostraram diferenças estatisticamente significativas ( $F(1,323) = 28.47$ ,  $p < .001$ ,  $\eta_p^2 = .08$ ) com tamanho de efeito moderado (Cohen, 1988), entre os níveis de relato das raparigas ( $M = 43.42$ ,  $DP = 10.91$ ) e dos rapazes ( $M = 49.28$ ,  $DP = 7.81$ ).

### Associação entre as Variáveis em Estudo

Foram executadas correlações de Pearson para determinar a relação entre as variáveis em estudo. Na amostra total, a correlação foi positiva e significativa entre as Experiências Adversas e os Comportamentos Delinquentes ( $r = .55$ ,  $p < .001$ ); entre os Comportamentos Delinquentes e o fator

## ADVERSIDADE, DELINQUÊNCIA E RESILIÊNCIA: COMPARAÇÃO ENTRE SEXOS

Competência Pessoal ( $r = .13$ ,  $p = .035$ ) e entre o fator Competência Pessoal e o fator Aceitação do Self e da Vida ( $r = 0.62$ ,  $p < .001$ ) (Tabela 2). O tamanho de efeito foi elevado para todas as correlações significativas, exceto entre Comportamentos Delinquentes e o fator Competência Pessoal, que obteve um tamanho de efeito baixo (Cohen, 1988).

### Tabela 2

*Correlações de Pearson entre as Variáveis em Estudo na Amostra total (N = 325)*

Variável	1	2	3	4
1.Experiências Adversas	—			
2.Comportamentos Delinquentes	.55**	—		
3.Resiliência - Competência Pessoal	.08	.13*	—	
4.Resiliência - Aceitação do Self e da Vida	-.09	.09	.62**	—

*Nota*  $p < .05$ . \*\*  $p < .01$

A correlação foi positiva e significativa entre as Experiências Adversas e os Comportamentos Delinquentes nas raparigas ( $r = .57$ ,  $n =$ ,  $p < .001$ ) e nos rapazes ( $r = .57$ ,  $p < .001$ ). Da mesma forma, a correlação foi positiva e significativa entre o fator Competência Pessoal e o fator Aceitação do Self e da Vida, nas raparigas ( $r = .65$ ,  $p < .001$ ) e nos rapazes ( $r = .57$ ,  $p < .001$ ). O tamanho de efeito foi elevado para todas as correlações significativas (Cohen, 1988).

### Tabela 3

*Correlações de Pearson entre as Variáveis em Estudo por Sexo*

Variável	1	2	3	4
1.Experiências Adversas	—	.57**	.08	-.14
2.Comportamentos Delinquentes	.57**	—	.11	-.001
3.Resiliência - Competência Pessoal	.06	.13	—	.65**
4.Resiliência - Aceitação do Self e da Vida	-.08	.03	.57**	—

*Nota* Os resultados para a amostra “raparigas” ( $n = 191$ ) encontram-se acima da diagonal. Os resultados para a amostra “rapazes” ( $n = 134$ ) encontram-se abaixo da diagonal.

\*  $p < .05$ . \*\*  $p < .01$

### **Papel Moderador da Resiliência na Relação entre Experiências Adversas e Envolvimento em Comportamento Delinvente**

Para verificar a moderação simples executou-se o programa *Process* para a amostra total, para raparigas e para rapazes, para as variáveis moderadoras Competência Pessoal e Aceitação do Self e da Vida, com a variável Comportamentos Delinquentes como resultado e Experiências Adversas como preditor. Os resultados para amostra total, não indicaram um efeito moderador do fator Competência Pessoal ( $F(3, 321) = 49.14, p < .001, R^2 = .31$ ) (Tabela 4) nem do fator Aceitação do Self e da Vida ( $F(3, 321) = 51.95, p < .001, R^2 = .33$ ) (Tabela 5).

**Tabela 4**

*Moderação para Amostra Total para o Fator Competência Pessoal*

Variável	<i>B</i>	<i>SE</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	95% <i>IC</i>	
Constante	-2.57	3.10	-0.83	.41	-8.66	3.52
Comportamentos Delinquentes	0.77	0.39	1.95	.05	-0.01	1.54
Resiliência - Competência Pessoal	0.03	0.04	0.82	.41	-0.04	0.10
Comportamentos Delinquentes * Competência Pessoal	0.001	0.01	0.18	.86	-0.01	0.01

**Tabela 5**

*Moderação para Amostra Total para o Fator Aceitação do Self e da Vida*

Variável	<i>B</i>	<i>SE</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	95% <i>IC</i>	
Constante	-3.64	2.84	-1.28	.20	-9.23	1.96
Comportamentos Delinquentes	0.80	0.35	2.25	.03	0.10	1.49
Resiliência - Aceitação do Self e da Vida	0.07	0.06	1.21	.23	-0.45	0.19
Comportamentos Delinquentes * Aceitação do Self e da Vida	0.002	0.008	0.20	.84	-0.01	0.02

Na amostra raparigas, os resultados não indicaram um efeito moderador do fator Competência Pessoal ( $F(3, 187) = 31.14, p < .001, R^2 = .33$ ) (Tabela 6) nem do fator Aceitação do Self e da Vida ( $F(3, 187) = 31.37, p < .001, R^2 = .33$ ) (Tabela 7), entre experiências adversas e o envolvimento em comportamentos delinquentes.

**Tabela 6***Moderação para Amostra Raparigas para o Fator Competência Pessoal*

Variável	<i>B</i>	<i>SE</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	95% <i>IC</i>	
Constante	-3.63	2.82	-1.28	.20	-9.20	1.95
Comportamentos Delinquentes	0.95	0.37	2.56	.01	-0.22	1.68
Resiliência - Competência Pessoal	0.04	0.03	1.20	.24	-0.03	0.10
Comportamentos Delinquentes * Competência Pessoal	-0.003	0.004	-0.73	.47	-0.01	0.01

**Tabela 7***Moderação para Amostra Raparigas para o Fator Aceitação do Self e da Vida*

Variável	<i>B</i>	<i>SE</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	95% <i>IC</i>	
Constante	-3.35	2.60	-1.29	.20	-8.48	1.79
Comportamentos Delinquentes	0.90	0.33	2.75	.01	0.25	1.54
Resiliência – Aceitação do Self e da Vida	0.06	0.06	1.17	.25	-0.04	0.17
Comportamentos Delinquentes * Aceitação do Self e da Vida	0.004	0.01	-0.61	.54	-0.02	0.01

Por fim, na amostra rapazes, os resultados obtidos também não indicaram um efeito moderador do fator Competência Pessoal ( $F(3, 130) = 22.62, p < .001, R^2 = .34$ ) (Tabela 8) nem do fator Aceitação do Self e da Vida ( $F(3, 130) = 20.92, p < .001, R^2 = .33$ ) (Tabela 9) entre as experiências adversas e os comportamentos delinquentes.

**Tabela 8***Moderação para Amostra Rapazes para o Fator Competência Pessoal*

Variável	<i>B</i>	<i>SE</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	95% <i>IC</i>	
Constante	7.60	7.36	1.03	.30	-6.96	22.17
Comportamentos Delinquentes	-0.46	0.87	-0.53	.60	-2.19	1.227
Resiliência - Competência Pessoal	0.09	0.09	-1.00	.32	-0.26	0.09
Comportamentos Delinquentes * Competência Pessoal	0.02	0.01	1.70	.09	-0.003	0.04

**Tabela 9**

*Moderação para Amostra Rapazes para o Fator Aceitação do Self e da Vida*

Variável	<i>B</i>	<i>SE</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	95% <i>IC</i>	
Constante	-1.68	6.97	-0.24	.81	-15.48	12.12
Comportamentos Delinquentes	0.85	0.84	1.01	.31	-0.81	2.51
Resiliência – Aceitação do Self e da Vida	0.04	0.14	0.27	.79	-0.24	0.32
Comportamentos Delinquentes * Aceitação do Self e da Vida	0.004	0.02	0.21	.83	-0.03	0.04

**Discussão**

A relação entre experiências adversas na infância e o envolvimento em comportamentos delinquentes é continuamente reportada na literatura. Considerando que a delinquência é um problema recorrente na sociedade, torna-se imperativo entender quais os fatores que contribuem e restringem ao seu envolvimento. Frequentemente, é reportado na literatura os fatores que contribuem para resultados negativos, contudo é de igual importância entender quais os fatores que contribuem para resultados positivos. Um dos fatores apontados na literatura como protetor das consequências negativas de experiências adversas durante a infância é a resiliência. Atendendo a que a revisão de literatura realizada não encontrou qualquer estudo que abordasse o papel da resiliência na relação entre experiências adversas na infância e envolvimento em comportamentos delinquentes procedeu-se à realização deste projeto, que teve como principal objetivo estudar se a resiliência é um fator protetor na relação entre experiências adversas ocorridas durante a infância e o envolvimento em comportamentos delinquentes durante a adolescência, e comparar se esta relação é igual para raparigas e rapazes.

Os resultados obtidos mostraram que, ao contrário do esperado, a diferença de experiências adversas reportadas pelas raparigas e pelos rapazes não foi estatisticamente significativa. Leban e Gibson (2019) ressaltaram que poucos estudos têm aprofundado a relação entre experiências adversas na infância e sexo, quer a nível da exposição quer a nível do impacto. Contudo, alguns estudos com adolescentes em risco, apontaram que as raparigas reportaram experienciar mais experiências adversas na infância, em comparação com os rapazes (Baglivio et al., 2014; 2015). Os diferentes resultados reportados na literatura poderão ser fruto de diferentes formas de operacionalização de experiências adversas na infância, do número de itens avaliados, ou mesmo das populações em estudo, mas estes resultados merecem ser aprofundados.

Pelo contrário e como esperado, as raparigas reportaram menos comportamentos delinquentes do que os rapazes. Há várias teorias sobre a diferença no envolvimento em comportamentos delinquentes entre raparigas e rapazes, sendo que um facto que pode explicar este resultado relaciona-se com a possibilidade dos fatores que contribuem e restringem o envolvimento na delinquência nas raparigas e nos rapazes poderem ser diferentes. Steketee et al. (2013) apontaram que as raparigas são mais suscetíveis a fatores de risco como disrupção familiar e pertença a grupo desviante e os rapazes a fatores relacionados com autocontrolo. Por seu lado, Weerman et al. (2015) sugeriram que as raparigas tenderam a ter maior supervisão parental, menos contacto com pares desviantes e maiores níveis de autocontrolo do que os rapazes. Wong et al. (2010) concluíram, através duma revisão da literatura de 30 artigos europeus, que as raparigas eram tendencialmente mais afetadas por fatores do contexto social e tenderam a apresentar mais comportamentos internalizados como consequência dos fatores de risco, o que diminui o risco de envolvimento na delinquência. Uma vez que não foi possível fazer a avaliação dos fatores que contribuem para a delinquência das raparigas e dos rapazes, recomenda-se que futuras investigações continuem a estudar as diferenças entre sexos, nos fatores que contribuem e restringem o envolvimento em comportamentos delinquentes.

Ainda na comparação por sexos, no que diz respeito à resiliência, no fator Competência Pessoal não houve diferença estatisticamente significativa, entre raparigas e rapazes. Pelo contrário no fator Aceitação do Self e da Vida, caracterizado por, por exemplo, equilíbrio e sensação de paz (Wagnild & Young, 1993) a diferença de pontuação foi significativa, com os rapazes a pontuarem valores mais elevados. Estes resultados não suportaram a hipótese de que as raparigas reportam valores de resiliência mais elevados do que os rapazes. Bezek (2010) sugeriu que os sexos alcançam e utilizam resiliência de forma diferente. Desde a infância, a resiliência pode ser afetada por diversos fatores tais como ambiente familiar, capacidades sociais, entre outras sendo que, aquando da adolescência o sexo é também um fator contributivo, e por isso, as dinâmicas mudam. Para as raparigas aspetos sociais e de suporte social são mais importantes para ultrapassar obstáculos, ao passo que os rapazes dependem mais de fatores como individualidade e autonomia. Tendo isto em consideração, coloca-se em questão se a Escala de Resiliência de Wagnild & Young (1993) possa não ser a mais adequada para avaliar níveis de resiliência na comparação entre sexos, uma vez que os itens que a constituem não parecem ser representativos dos fatores protetores e de risco que a literatura aponta como diferenciadores entre sexos. Contudo, futuros estudos poderão averiguar se o uso desta escala aplicada a outras amostras sugerem as mesmas conclusões.

No que concerne à quarta hipótese, a mesma foi corroborada, para todas as amostras, o que sugeriu que quanto maior o número de experiências adversas relatadas, maior o relato de envolvimento em comportamentos delinquentes. Este resultado está em concordância com a literatura e com o Ciclo de Violência (Widom, 1989a, 1989b) que apontou para uma associação positiva entre maltrato na infância e envolvimento em comportamentos delinquentes. Numa revisão do Ciclo da Violência, Bender (2010) sugeriu que, apesar de existir uma relação entre a vivência de experiências adversas e o envolvimento em comportamentos delinquentes, existem fatores intervenientes nesta relação. Bender (2010) propôs cinco fatores de risco possíveis: fuga de casa, problemas de saúde mental; problemas de abuso de substâncias, não envolvimento na escola e associação com pares desviantes, sendo que o impacto deles pode ser diferente nas raparigas e nos rapazes. Todavia, nem todos aqueles que experienciam experiências adversas na infância se vão envolver em comportamentos delinquentes na adolescência (Abajobir et al., 2017). Tanto os fatores de risco como os fatores protetores parecem influenciar o impacto que experiências adversas na infância podem ter, e diferentes estudos mostraram que adolescentes com os mesmos níveis de adversidade, mas diferentes níveis de fatores protetores, podem ter resultados diferentes (Liu et al., 2019) pelo que, seria importante continuar o estudo dos fatores que intervêm na relação entre experiências adversas na infância e o envolvimento em comportamentos delinquentes.

Em relação à correlação entre resiliência e o envolvimento em comportamentos delinquentes, no que diz respeito ao fator Competência Pessoal a correlação, apesar de baixa, foi positiva na amostra total, sugerindo que quanto maior o relato em comportamentos delinquentes maior o relato de características como autossuficiência, independência, determinação, invencibilidade, domínio, desenvoltura e perseverança (Wagnild & Young, 1993). Para o fator Aceitação do Self e da Vida, a correlação não foi significativa. Tanto para a amostra de raparigas como de rapazes, a correlação entre comportamentos delinquentes e os fatores de resiliência não foi significativa. Moffit (1993), propôs uma divisão entre os diferentes caminhos possíveis: adolescentes que limitam o envolvimento em comportamentos delinquentes à adolescência e aqueles que persistem ao longo da vida. Moffit et al. (2002) sugeriram que são as características associadas a delinquentes limitados à adolescência (e.g. suporte parental, inteligência) que contribuem para a desistência da delinquência. Contudo, Fourege e Daffern (2011) referiram, que alguns dos traços tipicamente associados na literatura a adolescentes resilientes são comuns às características dos delinquentes limitados à adolescência propostas por Moffit et al. (2002) (e.g. bom temperamento). Desta forma, Fourege e Daffern (2011) argumentaram que é possível que a desistência ocorra porque essas características são sinais de adolescentes resilientes. Na

comparação entre sexos, diferentes fatores parecem influenciar a resiliência das raparigas e dos rapazes. Especificamente em relação ao envolvimento em comportamentos delinquentes, Hartman et al. (2009) apontaram que fatores como religiosidade ou ambiente escolar positivo influenciaram a resiliência, mas apenas das raparigas. Contudo, o conceito de resiliência não é consensual na literatura, pelo que diferentes formas de operacionalização apontaram para diferentes conclusões (Jones & Tanner, 2016). Ademais, nas amostras em estudo foram considerados adolescentes em risco, pelo que se pode argumentar, até uma certa extensão, que alguns dos comportamentos delinquentes em que reportaram ter-se envolvido podem ser considerados adaptativos à luz do contexto em que se encontram. Recomenda-se que futuras investigações averiguem se a avaliação da resiliência em amostras de adolescentes em risco e em amostras comunitárias deve ser realizada recorrendo aos mesmos instrumentos, uma vez que os contextos onde estão inseridas pode ser muito distinto.

No mesmo sentido, os resultados não suportaram a hipótese da resiliência como moderador em qualquer dos seis modelos testados. A resiliência, tal como foi medida, não aparenta ser um fator moderador na relação de maior propensão ao envolvimento em comportamentos delinquentes por adolescentes que relataram sofrer de experiências adversas durante a infância, para nenhuma das amostras. O período de adolescência é caracterizado por questionamento e curiosidade, e pela prática de comportamentos que contribuem para o entendimento das regras, limites e tolerância social, sendo normativo o envolvimento em comportamentos delinquentes como furtos (e.g. Glowacz & Born, 2015). Newsome e Sullivan (2014) sugeriram que quando os comportamentos delinquentes são limitados à adolescência, os adolescentes podem exibir essa vulnerabilidade apenas nesse período de crescimento e maturação e que antes e após esse período, os adolescentes são resilientes. Por seu lado, Glowacz e Born (2015) sugeriram que “adolescentes envolvidos na delinquência podem ser considerados resilientes apenas se tiverem sido expostos a fatores de risco social, familiar ou pessoal” (p.287). Recomenda-se que futuras investigações utilizem uma metodologia longitudinal de forma a avaliar o percurso dos adolescentes na relação entre envolvimento em comportamentos delinquentes e o auto reporte da resiliência, sendo que podem considerar avaliar os fatores de risco presente na amostra. Futuros estudos poderão ainda considerar avaliar se a resiliência poderá ser moderadora apenas para os comportamentos violentos. A escala de avaliação de comportamentos delinquentes utilizada é composta por itens que refletem comportamentos violentos (e.g. “Nos últimos 12 meses participaste num roubo usando a força ou arma?”) e não violentos (e.g. “Nos últimos 12 meses não pagaste bilhete, por exemplo, nos transportes públicos?”) porém, por questões de sub-representividade de comportamentos violentos na amostra, não foram reportados resultados.

Algumas considerações finais a ter em conta na interpretação dos resultados prende-se com os instrumentos utilizados. No que concerne às experiências adversas na infância, Holden et al. (2020) numa revisão sistemática sobre considerações metodológicas no estudo de experiências adversas na infância apontaram que tipicamente, os instrumentos de avaliação de experiências adversas na infância utilizam uma abordagem retrospectiva. Esta abordagem, segundo Holden et al. (2020), pode trazer grandes problemas uma vez que para “recordar experiências adversas com clareza, o informante deve em primeiro lugar codificar corretamente o incidente ou experiência” (p.173) e anos mais tarde recuperar essa memória, o que implica capacidades linguísticas. No que diz respeito aos comportamentos delinquentes, é importante considerar que muitas das questões colocadas aos participantes entram no domínio das questões sensíveis (e.g. uso de drogas, comportamentos sexuais) que podem ser interpretadas como invasão de privacidade e que podem levar a preocupações sobre as possíveis consequências das suas revelações (Tourangeau & Yan, 2007). No que se refere à Escala de Delinquência Autorrelata Adaptada por Pechorro et al. (2015), esta considera a diversidade de comportamentos delinquentes nos quais os adolescentes relataram ter-se envolvido e não a frequência. Oudekerk et. al. (2012) apontaram no seu estudo longitudinal com raparigas encarceradas que o autorrelato da diversidade, frequência e severidade dos comportamentos delinquentes estão correlacionados, contudo parecem prever resultados diferentes no que concerne a comportamentos ofensivos futuros. Alguns estudos apontaram vantagens sobre a avaliação da diversidade por oposição à frequência, uma vez que esta é mais propensa a erros de memória (Oudekerk et. al., 2012). No que diz respeito à recolha dos dados, uma vez que foram realizadas em auto e hétero relato, Gomes et al. (2019) na revisão de literatura, apontaram que os estudos mostraram que o modo de administração não interfere no reporte de ofensas, contudo afirmaram que poucos estudos abordaram esta problemática. Por fim, em relação à Escala da Resiliência, apesar das boas características psicométricas que foram relatadas na escala original e das diversas adaptações, surgiu um dado surpreendente. Na adaptação de Felgueiras et al. (2010) com uma amostra comunitária de adolescentes portugueses com idades entre os 10 e os 16, o valor médio obtido para a escala total foi muito semelhante à média obtida com a amostra de adolescentes em risco considerada neste estudo. Este resultado é surpreendente uma vez que é esperado que adolescentes em risco pontuem menos do que adolescentes de uma amostra comunitária. Boden et al. (2016) sugerem que a presença de fatores de risco, numa amostra em risco estava associada a menores valores de resiliência, em comparação com o grupo de controlo. No mesmo sentido, Hartman et al. (2009) concluíram no seu estudo, que a acumulação de fatores protetores estava associada a maiores níveis de resiliência. Todavia, Jones e Tanner (2016) sugeriram que, na verdade,

este tipo de instrumentos não mede a resiliência em si, mas os seus determinantes, nomeadamente, a competência pessoal ou os recursos sociais. É importante ainda considerar que apesar da existência de vantagens na utilização de instrumentos subjetivos para avaliação da resiliência, existem igualmente complicações associadas ao seu uso. Exemplo disso é o facto de que medidas subjetivas não refletem um estado estável, uma vez que o julgamento das pessoas é feito consoante a informação que têm disponível no momento; assim como traços de personalidade, valores e crenças podem influenciar a sua autoavaliação. Adicionalmente, existe sempre a possibilidade de fraude, quer numa tentativa de se querer autorreportar como mais ou menos vulnerável (Jones & Tanes, 2016).

Em suma, apesar de existir uma associação consistente na literatura entre experiências adversas na infância e o envolvimento em comportamentos delinquentes durante a adolescência, a presença de experiências adversas na infância não tem uma relação direta com o risco de continuar numa vida de crime (Widom, 1989a; 1989b) e, da mesma forma, não é por terem cometido algum tipo de comportamento delincente que irão continuar a fazê-lo (Fouerge & Daffern, 2011). Por esse facto, e como Glowacz e Born (2015) referiram, a presença de fatores protetores reduz a probabilidade de envolvimento em problemas comportamentais como a delinquência, sendo que a acumulação de fatores protetores poderá diminuir a probabilidade de enveredar pela delinquência. Desta forma, o estudo dos fatores protetores é crucial. Apesar dos resultados deste estudo não terem corroborado a hipótese da resiliência como moderadora na relação entre experiências adversas na infância e o envolvimento em comportamentos delinquentes, os estudos sobre resiliência devem continuar. Contudo, é importante que futuras investigações possam considerar ouvir ativamente os adolescentes de forma a conhecer como estes experienciam resiliência. Questões sobre a sua interpretação dos itens, ou do que consideram ser a resiliência, assim como questões culturais e contextuais, podem ajudar a justificar o porquê de os resultados da resiliência terem ficado à margem do esperado.

### Referências

- Abajobir, A. A., Kisely, S., Williams, G., Strathearn, L., Clavarino, A., & Najman, J. M. (2017). Gender differences in delinquency at 21 years following childhood maltreatment: A birth cohort study. *Personality and Individual Differences, 106*, 95–103. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2016.10.020>
- Baglivio, M. T., Epps, N., Swartz, K. A., Mona Sayedul Huq, Sheer, A. J., & N. Sisson Hardt. (2014). The prevalence of adverse childhood experiences (EAI) in the lives of juvenile offenders. *Journal of Juvenile Justice, 3*(2), 1-27. <http://www.journalofjuvjustice.org/JOJJ0302/article01.htm>

## ADVERSIDADE, DELINQUÊNCIA E RESILIÊNCIA: COMPARAÇÃO ENTRE SEXOS

- Baglivio, M. T., Wolff, K. T., Piquero, A. R., & Epps, N. (2015). The Relationship between Adverse Childhood Experiences (EAI) and Juvenile Offending Trajectories in a Juvenile Offender Sample. *Journal of Criminal Justice*, 43(3), 229–241. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2015.04.012>
- Basto-Pereira, M., Miranda, A., Ribeiro, S., & Maia, Â. (2016). Growing up with adversity: From juvenile justice involvement to criminal persistence and psychosocial problems in young adulthood. *Child Abuse & Neglect*, 62, 63–75. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.10.011>
- Bender, K. (2010). Why do some maltreated youth become juvenile offenders? *Children and Youth Services Review*, 32(3), 466–473. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2009.10.022>
- Bezek, E. (2010). *Gender Differences in Resilience in the Emerging Adulthood Population*. [Dissertação de Mestrado, Rochester Institute of Technology]. <https://scholarworks.rit.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=10482&context=theses>
- Boden, J. M., Sanders, J., Munford, R., & Liebenberg, L. (2016). The Same But Different? Applicability of a General Resilience Model to Understand a Population of Vulnerable Youth. *Child Indicators Research*, 11(1), 79–96. <https://doi.org/10.1007/s12187-016-9422-y>
- Clements-Nolle, K., & Waddington, R. (2019). Adverse Childhood Experiences and Psychological Distress in Juvenile Offenders: The Protective Influence of Resilience and Youth Assets. *Journal of Adolescent Health*, 64(1), 49–55. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2018.09.025>
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences (2nd ed.)*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Correia-Santos, P., Azevedo, V., Sousa, B., Morgado, D., Pinto, R. J. & Maia, A. C. (2021a). *Psychometric properties of the Portuguese version of the Traumatic Events Screening Inventory – Self Report*. [Manuscript in preparation]. The Psychology Research Centre (CIPsi), School of Psychology, University of Minho.
- Correia-Santos, P., Silva, C., Pinto, R. J. & Maia, A. C. (2021b). *Resilience and trauma within at-risk youth: Psychometric Properties of Resilience Scale with a sample of Portuguese at-risk adolescents*. [Manuscript in preparation]. The Psychology Research Centre (CIPsi), School of Psychology, University of Minho.

## ADVERSIDADE, DELINQUÊNCIA E RESILIÊNCIA: COMPARAÇÃO ENTRE SEXOS

Decreto-lei n° 4/2015 de 15 de janeiro. Diário da República n.º 43/2015 – Série I. Assembleia da República. Retirado de <https://data.dre.pt/eli/lei/166/1999/p/cons/20150303/pt/html>

Duke, N. N., Pettingell, S. L., McMorris, B. J., & Borowsky, I. W. (2010). Adolescent Violence Perpetration: Associations With Multiple Types of Adverse Childhood Experiences. *Pediatrics*, *125*(4), e778–e786. <https://doi.org/10.1542/peds.2009-0597>

Felgueiras, M., Festas, C., & Viera, M. (2010). Adaptação e Validação da Resilience Scale de Wagnild e Young para a Cultura Portuguesa. *Cadernos de Saúde*, *31*(1), 73-80. <https://doi.org/10.34632/cadernosdesaude.2010.2803>

Fergus, S., & Zimmerman, M. A. (2005). Adolescent Resilience: A Framework for Understanding Healthy Development in the Face of Risk. *Annual Review of Public Health*, *26*(1), 399–419. <https://doi.org/10.1146/annurev.publhealth.26.021304.144357>

Field, A. P. (2013). *Discovering Statistics using IBM SPSS Statistic*. SAGE Publications

Ford, J., Racusin, R., Rogers, K., Ellis, C., Schiffman, J., Ribbe, D., & Edwards, J. (2002). *Traumatic Events Screening Inventory for Children (TESI-C) Version 8.4*. National Center for PTSD, Dartmouth Child Psychiatry Research Group, Dartmouth

Fougere, A., & Daffern, M. (2011). Resilience in Young Offenders. *International Journal of Forensic Mental Health*, *10*(3), 244–253. <https://doi.org/10.1080/14999013.2011.598602>

Fox, B. H., Perez, N., Cass, E., Baglivio, M. T., & Epps, N. (2015). Trauma changes everything: Examining the relationship between adverse childhood experiences and serious, violent and chronic juvenile offenders. *Child Abuse & Neglect*, *46*, 163–173. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.01.011>

Fox, T. (2019). *Adversity, resilience, and crime: Examining the impact of resilience on the relationship between adverse childhood experiences and juvenile delinquency*. (Publicação n° 13813244) [Dissertação de Doutoramento, Washington State University]. ProQuest Dissertations Publishing <https://search.proquest.com/openview/b5b5b2094a26ff4ffcbfa12aa529e11c/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>

Garrido, E. F., Weiler, L. M., & Taussig, H. N. (2017). Adverse Childhood Experiences and Health-Risk Behaviors in Vulnerable Early Adolescents. *The Journal of Early Adolescence*, *38*(5), 661–680. <https://doi.org/10.1177/0272431616687671>

## ADVERSIDADE, DELINQUÊNCIA E RESILIÊNCIA: COMPARAÇÃO ENTRE SEXOS

- Glowacz F., & Born, M. (2015). Away from Delinquency and Crime: Resilience and Protective Factors. In: Morizot J., Kazemian L. (Eds), *The Development of Criminal and Antisocial Behavior* (pp. 283-294). Springer International Publishing. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-08720-7\\_18](https://doi.org/10.1007/978-3-319-08720-7_18)
- Gomes, H. S., Farrington, D. P., Maia, Â., & Krohn, M. D. (2019). Measurement bias in self-reports of offending: A systematic review of experiments. *Journal of Experimental Criminology*, 15(3), 313–339. <https://doi.org/10.1007/s11292-019-09379-w>
- Hartman, J. L., Turner, M. G., Daigle, L. E., Exum, M. L., & Cullen, F. T. (2009). Exploring the gender differences in protective factors: implications for understanding resiliency. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 53(3), 249–277. <https://doi.org/10.1177/0306624X08326910>
- Holden, G. W., Gower, T., & Chmielewski, M. (2020). Methodological considerations in EAls research., In Asmundson, G.J.G & Afifi, T.O. (Eds), *Adverse Childhood Experiences: Using Evidence to Advance Research, Practice, Policy, and Prevention* (pp. 161–182). <https://doi.org/10.1016/b978-0-12-816065-7.00009-4>
- Hu, T., Zhang, D., & Wang, J. (2015). A meta-analysis of the trait resilience and mental health. *Personality and Individual Differences*, 76, 18–27. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.11.039>
- Jones, L., & Tanner, T. (2016). “Subjective resilience”: using perceptions to quantify household resilience to climate extremes and disasters. *Regional Environmental Change*, 17(1), 229–243. <https://doi.org/10.1007/s10113-016-0995-2>
- Kline, R. B. (2016). *Principles and practice of structural equation modeling*. New York Guilford.
- Leban, L., & Gibson, C. L. (2019). The role of gender in the relationship between adverse childhood experiences and delinquency and substance use in adolescence. *Journal of Criminal Justice*, 6(C), 1-11. <https://doi.org/10.1016/j.icrimjus.2019.101637>
- Liu, S. R., Kia-Keating, M., Nylund-Gibson, K., & Barnett, M. L. (2019). Co-Occurring Youth Profiles of Adverse Childhood Experiences and Protective Factors: Associations with Health, Resilience, and Racial Disparities. *American Journal of Community Psychology*. 65(1-2), 173-186. <https://doi.org/10.1002/ajcp.12387>

## ADVERSIDADE, DELINQUÊNCIA E RESILIÊNCIA: COMPARAÇÃO ENTRE SEXOS

- Lösel, F., & Farrington, D. P. (2012). Direct Protective and Buffering Protective Factors in the Development of Youth Violence. *American Journal of Preventive Medicine*, *43*(2), S8–S23. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2012.04.029>
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: a developmental taxonomy. *Psychological Review*, *100*(4), 674–701. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0033-295X.100.4.674>
- Moffitt, T. E., Caspi, A., Harrington, H., & Milne, B. J. (2002). Males on the life-course-persistent and adolescence-limited antisocial pathways: Follow-up at age 26 years. *Development and Psychopathology*, *14*(1), 179–207. <https://doi.org/10.1017/s0954579402001104>
- Moffitt, T. E., Caspi, A., Rutter, M., & Silva, P. A. (2001). *Sex Differences in Antisocial Behaviour: Conduct Disorder, Delinquency, and Violence in the Dunedin Longitudinal Study*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511490057>
- Newsome, J., & Sullivan, C. J. (2014). Resilience and Vulnerability in Adolescents: Genetic Influences on Differential Response to Risk for Delinquency. *Journal of Youth and Adolescence*, *43*(7), 1080–1095. <https://doi.org/10.1007/s10964-014-0108-9>
- Newsome, J., Vaske, J. C., Gehring, K. S., & Boisvert, D. L. (2015). Sex Differences in Sources of Resilience and Vulnerability to Risk for Delinquency. *Journal of Youth and Adolescence*, *45*(4), 730–745. <https://doi.org/10.1007/s10964-015-0381-2>
- Oudekerk, B. A., Erbacher, M. K., & Reppucci, N. D. (2012). A comparison of diversity, frequency, and severity self-reported offending scores among female offending youth. *Psychological Assessment*, *24*(3), 738–750. <https://doi.org/10.1037/a0026791>
- Pechorro, P., Vieira, R., Marôco, J., Barroso, R., & Gonçalves, R. A. (2015). Adaptação de uma versão portuguesa da Escala de Delinquência Auto-Relatada Adaptada para adolescentes. *Psicologia*, *29*(1), 59–67. [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-20492015000100006](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492015000100006)
- Sistema de Segurança Interna [SSI]. (2020). *Relatório Anual de Segurança Interna – ano 2019*. Gabinete do Secretário-Geral. Retirado de

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2019->

Spinazzola, J., van der Kolk, B., & Ford, J. D. (2018). When Nowhere Is Safe: Interpersonal Trauma and Attachment Adversity as Antecedents of Posttraumatic Stress Disorder and Developmental Trauma Disorder. *Journal of Traumatic Stress, 31*(5), 631–642. <https://doi.org/10.1002/jts.22320>

Steketee, M., Junger, M., & Junger-Tas, J. (2013). Sex Differences in the Predictors of Juvenile Delinquency. *Journal of Contemporary Criminal Justice, 29*(1), 88–105. <https://doi.org/10.1177/1043986212470888>

Tourangeau, R., & Yan, T. (2007). Sensitive questions in surveys. *Psychological Bulletin, 133*(5), 859–883. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.133.5.859>

Turner, M. G., Hartman, J. L., Exum, M. L., & Cullen, F. T. (2007). Examining the Cumulative Effects of Protective Factors: Resiliency among a National Sample of High-Risk Youths. *Journal of Offender Rehabilitation, 46*(1-2), 81-111. <https://doi.org/10.1080/10509670802071535>

Wagnild, G. M., & Young, H. M. (1993). Development and psychometric evaluation of the Resilience Scale. *Journal of Nursing Measurement, 1*(2), 165–178. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/7850498/>

Weerman, F. M., Bernasco, W., Bruinsma, G. J., & Pauwels, L. J. (2015). Gender Differences in Delinquency and Situational Action Theory: A Partial Test. *Justice Quarterly, 33*(7), 1182–1209. <https://doi.org/10.1080/07418825.2015.1064987>

Widom, C. S. (1989a). Child abuse, neglect, and adult behavior: Research design and findings on criminality, violence, and child abuse. *American Journal of Orthopsychiatry, 59*(3), 355-367. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1989.tb01671.x>

Widom, C. S. (1989b). The cycle of violence. *Science, 244*(4901), 160–166. <https://doi.org/10.1126/science.2704995>

ADVERSIDADE, DELINQUÊNCIA E RESILIÊNCIA: COMPARAÇÃO ENTRE SEXOS

Wong, T. M. L., Slotboom, A. M., & Bijleveld, C. C. J. H. (2010). Risk factors for delinquency in adolescent and young adult females: A European review. *European Journal of Criminology*, 7(4), 266–284.  
<https://doi.org/10.1177/1477370810363374>

## **Anexo**

Parecer do Conselho de Ética da Universidade do Minho



**Universidade do Minho**  
**Conselho de Ética**

### **Conselho de Ética - Ciências Sociais e Humanas**

Identificação do documento: CE.CSH 080/2018

Título do projeto: Funcionamento Global de Jovens: Um estudo longitudinal com adolescentes sinalizados às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

Equipa de Investigação: Patrícia Correia Santos, Doutoramento em Psicologia Aplicada, Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Ângela Costa Maia (Orientadora), Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Ricardo Pinto (Orientador), Universidade Lusófona do Porto; Sara Duarte Lima, Mestranda, Universidade do Minho; Cláudia Rocha, Mestranda, Universidade Lusófona do Porto; Margarida Matos, Mestranda, Universidade Lusófona do Porto

### **PARECER**

O Conselho de Ética analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado Funcionamento Global de Jovens: Um estudo longitudinal com adolescentes sinalizados às CPCJ.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, o Conselho de Ética nada tem a opor à realização do projeto, emitindo o seu parecer favorável.

Braga, 7 de janeiro de 2019.

A Presidente do CEUMinho

**Anexo**: Formulário de identificação e caracterização do projeto